



## PRESSÕES CORPORATIVAS PARA O ORÇAMENTO

O ORÇAMENTO PARA 2011 ESTÁ A SER ANALISADO PELOS DEPUTADOS NA ESPECIALIDADE, TEMPO EM QUE OS "LOBBIES" PRESSIONAM OS PARTIDOS PARA FAZEREM ALTERAÇÕES À PROPOSTA INICIAL

### INSTITUIÇÕES SOCIAIS QUEREM CONTINUAR ISENTAS DE IVA

A proposta do Orçamento acaba com a isenção de pagamento de IVA para as obras feitas por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que passariam a ser taxadas a 23%. O presidente da Confederação destas instituições argumenta que as IPSS têm neste momento em curso um volume de obras no valor de 200 milhões de euros, o que significa que teriam um "encarecimento" de 60 milhões. Além de serem obrigadas a cancelar algumas obras, insiste o padre Lino Maia, algumas organizações sociais seriam obrigadas a fechar portas em 2011.

### JUÍZES QUEREM EVITAR CORTES NO SUBSÍDIO PARA HABITAÇÃO

Além de considerar os cortes salariais na Função Pública (que os afectam) como inconstitucionais, a Associação Sindical dos Juizes contesta ainda o corte de 20% no subsídio de compensação (para a habitação), no valor de 775 euros. Por esta última medida se aplicar apenas aos magistrados, o presidente António Martins fala de uma "discriminação negativa".

### CÂMARAS SEM DINHEIRO RECLAMAM DÍVIDAS DO ESTADO

Os autarcas advertem que os cortes nas transferências (100 milhões no âmbito do PEC, mais 127 milhões no Orçamento para 2011) vão colocar "80 a 90

municípios" numa situação de desequilíbrio financeiro. O presidente da Associação Nacional de Municípios, Fernando Ruas, contestou também esta semana no Parlamento a actual dívida do Estado de 176 milhões às câmaras. Deste valor, 76 milhões são relativos à falta de pagamento das contrapartidas por transferência de competências na Educação).

### JUNTAS SEM DINHEIRO CERTO PARA PAGAR A PRESIDENTES

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) já alertou os deputados da Comissão de Finanças para o facto de não constar no Orçamento para 2011 uma verba (de 7,4 milhões de euros) para pagar os ordenados dos presidentes de junta, em regime de permanência ou "part-time". Uma falha que se repete desde 2009 e que, no passado, acabou por ser resolvida com uma proposta de alteração, apoiada pelos vários partidos da oposição, para a reposição desses fundos.

### MILITARES RECLAMAM PROGRESSÕES NA CARREIRA

A Associação Nacional de Sargentos e a Associação de Praças estão contra o congelamento das progressões nas carreiras dos militares. "Cortes, restrições e sacrifícios" agravados pelo facto de a base de partida para eles ser "muito mais penalizante". Menos três mil militares contratados, cortes de

40% na Lei da Programação Militar e a integração do Fundo de Pensões dos Militares na Caixa Geral de Aposentações são algumas das consequências dos cortes de 11,1% no Ministério da Defesa para 2011. O ministro Augusto Santos Silva garantiu no Parlamento que não haverá despedimentos, já que a diminuição de efectivos será feita através da combinação entre o número de admissões e de contratos".

### TOC CONTRA REVISORES PARA DEDUZIR PREJUÍZOS

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) contesta a nova obrigatoriedade das empresas terem de recorrer aos serviços de um Revisor Oficial de Contas para poderem deduzir prejuízos fiscais, o que inclusive aumentaria os custos para as empresas. A Ordem queixa-se de não ter sido ouvida e diz que a norma é um "mecanismo impeditivo do uso de um direito" e potencia a "promiscuidade profissional".

### FLOCOS DE CEREAIS COM TAXA REDUZIDA DE IVA

A Associação de Produtores de Flocos de Cereais pediu ontem aos partidos a redução do IVA dos actuais 21% para 6%, já que são um bem alimentar essencial. O imposto em Espanha é de 8%, o que pode "fomentar ainda mais o mercado paralelo" e colocar em causa "a sobrevivência do sector".